



Guia de Referências ao Enfrentamento da Violência e do Racismo Contra Jovens Negros

AMMA Psique e Negritude



**CIDADE DE
SÃO PAULO**
SAÚDE

Sumário

Introdução 02

ASPECTOS GERAIS DAS JUVENTUDES NEGRAS 05

- 1.O que é ser jovem no Brasil?
- 2.Raça como marcador social das juventudes
- 3.Violência racial
- 4.Direito à vida e segurança pública da juventude negra
- 5.Direito à saúde da juventude negra
- 6.Direito ao meio ambiente e alimentação saudável da juventude negra
- 7.Direito à educação da juventude negra
- 8.Direito à cultura, lazer e esporte da juventude negra
- 9.Direito à profissionalização da juventude negra
- 10.Direito à convivência familiar e comunitária da juventude negra
- 11.O papel dos profissionais de saúde na promoção de direitos da juventude negra

PARTICULARIDADES E COMPLEXIDADES DAS JUVENTUDES NEGRAS 16

1. Violências Raciais e Juventudes Negras: aspectos históricos, sociais, políticos e psicológicos.
2. Processo de Subjetivação das juventudes negras
3. Manejos técnicos e afetivos

INTRODUÇÃO

A primeira edição do Guia de Referências ao Enfrentamento da Violência e do Racismo Contra Jovens Negros é fruto da experiência de formação e capacitação de profissionais de saúde de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Núcleos de Prevenção à Violência (NPV) das regiões Sul, Sudeste, Norte e Leste da cidade de São Paulo (SP), promovida pelo Instituto AMMA Psique e Negritude, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), de São Paulo. Os encontros foram realizados em formato virtual, durante os meses de outubro e novembro de 2022, e contaram com a participação de 215 profissionais de saúde.

Neste sentido – Enfrentamento da Violência e do Racismo Contra Jovens Negros – objetivou-se atingir os seguintes aspectos:

- Capacitar os profissionais de saúde em estratégias para estabelecer vínculos com as/os jovens negras/os do território;
- Sensibilizar profissionais sobre os efeitos do racismo;
- Implementar o cuidado em sua trajetória pessoal no serviço de saúde e no contexto de enfrentamento na dinâmica das violências.

Já os objetivos específicos foram:

- Desenvolver processos de informação, comunicação e educação que desconstruam estigmas e preconceitos, que fortaleçam uma identidade negra positiva e que contribuam para a redução das vulnerabilidades;
- Sensibilizar e instrumentalizar os profissionais que compõem os Núcleos de Prevenção à Violência (NPV) e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para o enfrentamento ético e crítico do racismo contra jovens;
- Oferecer subsídios para a compreensão dos elementos que constituem a situação do racismo contra jovens negros, como uma situação de violência, a partir de bases teóricas que fundamentem a escuta sensível e o manejo das questões de violências contra jovens negros;
- Aprofundar a reflexão acerca das manifestações que identificam o trauma, tendo em vista o aprimoramento de habilidades e competências para a atenção integral e o tratamento dos possíveis agravos psíquicos dos sujeitos.
- Sistematização da capacitação para subsidiar futuras capacitações quanto ao tema.

A formação foi composta por conteúdos com fundamentação teórica e metodológica aplicados por profissionais de psicologia, especialistas na temática das juventudes negras¹.

Cabe salientar a participação de jovens negras/os periféricas/os nos territórios da cidade de São Paulo, mais particularmente nos bairros onde estão localizadas as equipes de saúde que participaram da formação.

A intervenção das/os jovens negras/os periféricas/os mobilizou a provocação e compreensão dos desafios, potenciais, articulações políticas, mapeamento de coletivas pretas nos territórios dessas/es jovens e marcas da violência. Isto é, as narrativas de cada jovem na formação foi um mosaico dos impactos psicológicos da violência, assim como os caminhos das (re)existências negras das favelas no enfrentamento das opressões raciais, de gênero, orientação sexual, social e assim por diante.

[1] Utilizamos ao longo desse guia o termo "juventudes", no plural, como forma de destacar a heterogeneidade existente dentro da categoria: gênero, raça, sexualidade, classe, territórios etc.

Em torno do conteúdo de cada módulo, a formação foi estruturada da seguinte maneira:

MÓDULO 1

Impactos da Violência Racial nas Juventudes Negras (aspectos históricos e sociais das juventudes negras no Brasil; Genocídio das juventudes negras: guerra civil não declarada; Diferentes formas de expressão e a multicausalidade do racismo contra jovens negros; Os efeitos psicossociais da violência racial nas juventudes negras: tessitura psicológica do trauma, ansiedade, suicídio, inseguranças, baixa autoestima e assim por diante; Agravos à saúde;

MÓDULO 2

Processos de subjetivação das juventudes negras (pluralidades das juventudes negras - sexualidades, gênero, orientação sexual etc.; Códigos simbólicos das juventudes negras periféricas; Potencialidades e (Re)existência da corporeidade negra: regulação-emancipação sociorracial; Territórios e coletivos de jovens negros: construção de identidades coletivas; Contextos familiar e aspectos intergeracionais;

MÓDULO 3

Manejo técnico e afetividades no atendimento e construção de vínculos (construção de vínculos; Identidade branca e olhar discriminatório; Linguagem e juventudes negras).

Por fim, a presente cartilha está dividida em duas partes, sendo a primeira uma apresentação geral das juventudes negras e a segunda as especificidades dos temas desenvolvidos na formação, juntamente com um material de referência e dicas.

Parte I

ASPECTOS GERAIS DAS JUVENTUDES NEGRAS

1. O QUE É SER JOVEM NO BRASIL?

Ser jovem nem sempre teve o mesmo significado na história do nosso país. Isso porque, no passado, a legislação brasileira entendia que só mereciam atenção estatal as crianças e adolescentes em situação irregular, ou seja, que estavam fora do poder familiar ou tinham cometido atos ilícitos. No entanto, a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, inaugurou no país a doutrina da “proteção integral” de crianças e adolescentes, o que posteriormente foi consagrado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido na Lei 8.069/90.

De acordo com a lógica da “proteção integral”, todas as crianças e adolescentes devem ser considerados sujeitos de direitos, além de terem prioridade absoluta na elaboração e promoção de políticas públicas. Essa proteção é um dever compartilhado entre família, sociedade e Estado.



Os principais diplomas legais que norteiam os direitos das crianças, adolescentes e jovens, para além da **Constituição Federal**, são o **ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei 8.069/90), o **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** (Lei 12.594/12), e o **Estatuto da Juventude** (Lei 12.582/13). No Brasil, são consideradas crianças as pessoas entre 0 e 12 anos incompletos; adolescentes, as pessoas entre 12 e 18 anos incompletos; e jovens, as pessoas entre 15 e 29 anos².

A juventude cumpre um papel importante na luta por um mundo melhor. Os jovens são porta-vozes nas ruas e nas redes sociais do inconformismo com relação às violências, à destruição do meio ambiente e à desigualdade social. Ao mesmo tempo, ultrapassam limites no esporte, se apropriam mais facilmente das novas tecnologias e criam novas artes, novos sentidos e valores culturais. As políticas públicas e os serviços públicos, por sua vez, devem cumprir o papel de garantir o direito à vida e ao futuro das juventudes, ampliando sua participação social e criando condições para o seu desenvolvimento.

2. RAÇA COMO MARCADOR SOCIAL DAS JUVENTUDES

O Brasil é marcado por desigualdades profundas que têm impacto direto na vida das juventudes. A herança dos três séculos de escravidão vividos em nossa história, com poucas políticas de reparação, faz com que a desigualdade racial precise ser um fator importante a ser considerado na elaboração de políticas públicas.

Ainda hoje, a população negra não tem garantido plenamente o principal e mais básico direito: o direito à vida. Como veremos nos tópicos seguintes, são altos os índices de mortes violentas intencionais contra jovens negros em todo o Brasil, e também na cidade de São Paulo, assim como são altos os índices de jovens negros com acesso precário a direitos como saúde, educação, cultura, esporte, transporte, trabalho e renda, entre outros.

Como resultado, podemos constatar que cerca de 35,3% da população paulistana se autodeclara negra (preta ou parda), com altas oscilações entre os bairros, o que impacta diretamente na variação da expectativa de vida em cada um desses locais. Um dos bairros mais negros da cidade, Cidade Tiradentes, com 56,1% da sua

[2] No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adolescente é a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos. O termo jovem geralmente é utilizado para designar pessoas entre 15 e 29 anos. Nesse sentido podem ser considerados adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos) e os jovens adultos na faixa-etária dos 25 aos 29 anos. No caso desta formação foram convidadas/os para participar jovens com idade entre 18 e 29 anos de idade.

população autodeclarada negra, tem uma expectativa de vida média de 59,4 anos, enquanto um dos bairros menos negros, Jardim Paulista, com apenas 8,5% da sua população autodeclarada negra, tem uma expectativa de vida média de 80 anos. Há, portanto, em uma mesma cidade, uma variação de quase 21 anos de expectativa de vida entre bairros mais e menos negros.

Seria errado considerarmos que essa desigualdade decorre somente de outros fatores, que não raciais. O racismo não é mera consequência da violência contra a população negra e nem mera decorrência da desigualdade social, mas sim um sistema que produz violência. Por isso, ao considerarmos que o papel das políticas públicas e dos serviços públicos é garantir o direito à vida e ao futuro das juventudes, não podemos desconsiderar que também cabe a eles reconhecer as barreiras sociais que o racismo impõe a esses jovens e construir a superação delas e o desenvolvimento da potencialidade das juventudes negras.

3. VIOLÊNCIA RACIAL

A violência racial pode ser entendida como aquela direcionada a um grupo racial específico, no caso, a população negra. É possível dividi-la em quatro aspectos distintos e complementares³:

- **Violência racial moral:** qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria em razão da raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
- **Violência racial física:** qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal em razão de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
- **Violência racial psicológica:** qualquer conduta que lhe cause danos emocionais e diminuição da autoestima, que lhe perturbe ou prejudique o pleno desenvolvimento, degradação ou controle de suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, ridicularização, exploração ou qualquer outra forma de limitar o direito de ir e vir em razão da raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica;

[3] Essa definição é uma proposta legislativa de inclusão da "violência racial" aos conceitos apresentados pelo art. 1º do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), em trâmite na Câmara dos Deputados. O PL 3071/15 é de autoria da Deputada Federal Benedita da Silva (PT/RJ).

- **Violência racial patrimonial:** qualquer conduta que resulte por ação ou omissão em destruição parcial ou total de seus objetos, patrimônios, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, valores e direitos ou recursos econômicos.

Sendo assim, apesar de nos chamar muita atenção o número de **mortes violentas intencionais contra jovens negros**, essa não é a única forma de violência direcionada a esse segmento populacional. A violência física contra jovens negros é uma forma de extermínio, mas, também é uma forma de matar, o acesso precário das juventudes negras a direitos sociais básicos como:

- **Saúde** (desconhecimento acerca das doenças que atingem majoritariamente a população negra, menor acesso à pré-natal por mulheres negras, ausência de políticas públicas de promoção da saúde mental de jovens negros, etc.);
- **Educação** (altos índices de evasão escolar, desigualdade serial etc.);
- **Cultura** (criminalização de movimentos culturais negros e periféricos, impossibilidade de ocupação do espaço público etc.);
- **Meio ambiente** (altos índices de insegurança alimentar, impacto de enchentes e deslizamentos de encostas em moradias precárias etc.);
- **Trabalho e renda** (precarização do trabalho pela falta de direitos, diminuição do postos de trabalho formais etc.).

Diante disso, nos debruçaremos sobre cada um desses temas fundamentais para a promoção da vida de jovens negros.

4. DIREITO À VIDA E SEGURANÇA PÚBLICA DA JUVENTUDE NEGRA

De acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, é possível constatar que entre 2017 e 2020, 1.721 adolescentes e jovens foram assassinados na cidade, sendo que 53,22% dessas mortes foram causadas por homicídios dolosos e 43,52% foram decorrentes de intervenção policial. Isso significa que a segunda maior causa de mortes violentas intencionais de adolescentes e jovens na cidade é a ação das polícias.

As principais vítimas das mortes são do **sexo masculino** (85,1% dos homicídios e 99,1% das mortes decorrentes de intervenção policial), e **negras** (65,4% dos homicídios e 70,3% das mortes decorrentes de intervenção policial). No caso das mortes por intervenção policial, há

[4] A classificação "morte decorrente de intervenção policial" foi criada pela Resolução SSP nº 05/13, a fim de padronizar os registros dos casos onde tenha havido morte de pessoa como resultado de intervenção policial.

mais vítimas entre 13 e 24 anos do que a média geral dos homicídios.

A análise dos territórios também permite constatar que há uma concentração de mortes de adolescentes e jovens em determinadas regiões da cidade: no caso dos homicídios dolosos, os bairros com maior concentração são Jardim Ângela, Parelheiros e Campo Limpo, na Zona Sul; enquanto no caso das mortes decorrentes de intervenção policial, os bairros com maior concentração são Cidade Líder, Ponte Rasa e São Miguel, na Zona Leste.

A prevenção dos homicídios é uma política de segurança pública, mas também deve ser pensada a partir da articulação com os territórios da cidade. A experiência do Jardim Ângela merece ser compartilhada. No ano de 1996, o bairro foi considerado o mais violento do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU), mas graças a articulação entre poder público e comunidade, especialmente por meio do Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela, essa marca foi superada, ainda que haja um longo caminho para ser percorrido, especialmente com relação às políticas públicas, já que o bairro sofre com falta de creches e de equipamentos destinados a adolescentes e jovens.

5. DIREITO À SAÚDE DA JUVENTUDE NEGRA

A saúde da população negra é regulamentada por diplomas legais específicos. Em âmbito nacional, a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (Portaria/MS 992 de 2013) estabelece princípios, diretrizes e objetivos para o atendimento de pessoas negras pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Também em nível municipal, foram instituídos a *Política Municipal de Saúde Integral da População Negra* (Portaria/SMS 2283 de 2016), como fruto dos debates da Conferência Municipal de Saúde da População Negra, e o Programa Municipal de Saúde Integral da População Negra (Lei 17.406/2020). A partir dessas políticas, o critério raça/cor passou a ser inserido obrigatoriamente na ficha de atendimento de pacientes no SUS por meio de autodeclaração. Ao atender uma pessoa, é fundamental perguntar como ela se autodeclara racialmente.

Apesar de o estabelecimento de tais políticas representar avanços na garantia do direito da população negra à saúde, inclusive dos jovens negros, há ainda lacunas importantes na garantia total desse direito. Bairros como Cidade Líder e Campo Grande têm tempo médio de espera para consultas na atenção básica de 39 dias,

enquanto o bairro do Morumbi tem tempo médio de espera de 3 dias. A média de São Paulo é de 19 dias. Outra questão de saúde que impacta a juventude negra e periférica, a gravidez na adolescência, também tem discrepâncias nos diversos bairros da cidade com composição racial distinta: enquanto a média em São Paulo é de 8,5%, Cidade Tiradentes tem uma taxa de 13,3%, Brasilândia de 12,5%, Moema de 0,4% e Pinheiros de 0,6%.

Além da saúde física, a saúde mental dos jovens negros é um fator em políticas públicas de saúde que deve ser considerado. Isso porque, em 2021, foram registrados 13.830 casos de injúria racial e 6.003 casos de racismo no Brasil. Também o medo é maior dentre as pessoas negras: enquanto 85,3% dos negros têm medo de serem assassinados, 78,5% dos brancos têm o mesmo medo; enquanto o medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar existe em 69,2% dos negros, entre brancos o índice é de 53,9%; enquanto o medo de ser agredido fisicamente por sua escolha política ou partidária é de 70,1% entre os negros, esse número é de 61,6% entre os brancos.

O impacto da violência, do medo e da pobreza na saúde mental tem relação direta com os suicídios de jovens negros e periféricos. Como resultado, a cada 10 suicídios de adolescentes e jovens no Brasil, 6 foram de jovens negros. Na grande São Paulo, um estudo realizado pelo Comitê Paulista de Prevenção aos Homicídios na Adolescência constatou que 24% dos adolescentes perderam alguém para o suicídio.

Podemos considerar que a única possibilidade de termos uma sociedade com jovens saudáveis fisicamente e mentalmente só pode ser construída com acesso à direitos, além de pertencimento familiar e comunitário

6. DIREITO AO MEIO AMBIENTE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DA JUVENTUDE NEGRA

Racismo ambiental é um termo cunhado para tratar do impacto da degradação ambiental para a população negra e periférica, ideia importante para desmistificar a imagem de que a destruição do meio ambiente impacta toda a sociedade de forma igualitária. Podemos constatar isso ao analisarmos o impacto das enchentes e dos deslizamentos, que fazem com que pessoas que vivem nas encostas dos morros de forma precária percam suas casas e até mesmo suas vidas. Do mesmo modo, a falta de água assola moradores das periferias

das cidades, que muitas vezes passam dias inteiros sem acesso à água.

Nem mesmo a coleta seletiva de lixo se dá igualmente em toda São Paulo. Enquanto a subprefeitura da Vila Mariana mantém 10,3% de coleta seletiva dentre os resíduos coletados em todas as casas do território, Pinheiros mantém 5,7% dessa coleta, São Miguel e Itaim Paulista têm 0,4%, e Jaçanã/Tremembé, 0,2%.

A segurança alimentar também está diretamente ligada à preservação ambiental. O direito à alimentação saudável, sem agrotóxicos ou aditivos que prejudiquem a saúde, também é um direito das juventudes, garantido pela Constituição Federal e pelo ECA. Felizmente existem experiências comunitárias nas periferias da cidade que promovem a alimentação saudável em um cenário difícil de fome e insegurança alimentar. Uma delas é o grupo Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana)⁵, mulheres moradoras de São Miguel Paulista que encontraram acolhimento para superar a violência doméstica ao transformarem um lixão em uma horta urbana, um viveiro-escola com plantio, cultivo e colheita agroflorestral.

7. DIREITO À EDUCAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA

O direito à educação da juventude negra deve ser compreendido em dois aspectos centrais: direito ao ensino da sua própria história e acesso à educação. Com relação ao primeiro aspecto, a Lei 10.639/03, complementada pela Lei 10.645/08, incluiu no currículo oficial da educação a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. É muito importante para a construção da identidade negra que crianças, adolescentes e jovens negros conheçam a história do povo negro e indígena no Brasil para além da escravidão, mas também sua herança nas diversas áreas de conhecimento, como engenharia, medicina, música, esportes e literatura.

No que tange ao acesso à educação, infelizmente a juventude negra ainda ocupa altos índices de evasão escolar e analfabetismo. Dentre os jovens que deixaram a escola no Brasil em 2019, 71,7% eram negros, de acordo com levantamento do IBGE, além de que a taxa de analfabetismo de jovens negros com mais de 15 anos é de quase 10%, enquanto entre brancos o índice é de 3,6%. Combater a evasão escolar

[5] G1. Mulheres da periferia de SP transformam lixão em horta urbana. 14 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2022/08/14/mulheres-da-periferia-de-sp-transformam-lixao-em-horta-urbana.ghtml>. Acesso em 2 dez 2022.

é fundamental na promoção da vida de jovens negros, já que há pesquisas que demonstram que quanto maior o número de jovens fora da escola em uma localidade, maior será sua taxa de homicídios.

O impacto da distorção idade-série, quando o estudante tem dois anos ou mais de atraso escolar, também não é o mesmo entre estudantes brancos e não brancos, já que, em contexto urbano, as pessoas autodeclaradas indígenas representam 33,1% da distorção, as pretas, 29,4%, as pardas, 23,4%, e as brancas, 12,6%.

Uma experiência comunitária que merece ser destacada em termos de garantia do acesso à educação de jovens negros são os cursinhos populares. Eles existem em diversos bairros periféricos na cidade e cumprem o papel de democratizar o acesso à universidade para jovens, superando as lacunas do ensino formal, popularizando a linguagem e utilizando-se de experiências e vivências dos próprios jovens negros e periféricos na difusão dos conteúdos do currículo escolar.

8. DIREITO À CULTURA, LAZER E ESPORTE DA JUVENTUDE NEGRA

A cultura de um povo é caracterizada por todo um modo de vida. As artes, as crenças religiosas, as culinárias, as formas em que os conhecimentos são transmitidos, são maneiras de expressão de um conjunto de valores, significados e sentidos que os indivíduos constroem na vida em sociedade. Ao construí-los, instituem tradições que serão passadas para as novas gerações, a fim de serem assimiladas, seguidas e/ou transformadas. Portanto, para as juventudes negras poderem significar a sua existência, torna-se fundamental o acesso às fontes de cultura e às possibilidades de sua criação.

A instituição da Lei 10.639, em 2003, e a sua complementaridade em 2008 pela Lei 10.645, que instituiu nas escolas públicas e privadas o ensino da história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, proporcionou a legitimidade de conhecimentos e obras que eram produzidas pela população negra e indígena em geral, e pelas juventudes em específico. Um caso exemplar é que, desde 2020, o álbum do maior grupo de rap do Brasil, Racionais MC's, intitulado "Sobrevivendo no Inferno" e originalmente lançado em 1997, foi incluído como leitura obrigatória para o vestibular da Universidade de Campinas (Unicamp), na categoria Poesia.

Assim sendo, para além dos equipamentos de cultura, há uma produção cultural nos centros e margens das grandes cidades que pul-

sam rodas de samba, saraus, teatros de rua, slams de poesia, atividades circenses, feiras gastronômicas, batalhas de MC's etc., que utilizam do espaço urbano como palco para a criação de sentidos e valores para a vida nas cidades contemporâneas e, conseqüentemente, na garantia da perspectiva de futuro das juventudes.

As práticas cultural e esportiva podem auxiliar no desenvolvimento humano enquanto atividades criativas, mas também na garantia da profissionalização e viabilidade financeira. De acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE, na elaboração do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2009-2020, o setor cultural brasileiro contou com cerca de 4,8 milhões de postos ocupados em 2020, ainda que registrando uma queda de ocupações motivadas pela pandemia de Covid-19. São Paulo abriga o maior número de pessoas trabalhando nesse ramo, e também é a cidade que mais recebe pessoas de outras localidades para as atividades culturais em seu território.

9. DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA

O direito à profissionalização é garantido a partir dos 14 anos de idade na condição de aprendiz, em que são assegurados direitos trabalhistas e previdenciários. A Lei da Aprendizagem ou a Lei do Jovem Aprendiz, 10.097/00, complementada pela Lei 11.180/05, abrange contrato de trabalho compatível com as fases de desenvolvimento das faixas etárias de 14 a 24 anos de idade. Sabe-se que as principais dificuldades de adolescentes e jovens para a iniciação no mercado de trabalho são as exigências de experiência e qualificação. Junto a estes desafios, encontra-se a necessidade de uma parcela dessa juventude conciliar a escolarização regular com uma atividade profissional.

10. O papel dos profissionais de saúde na promoção de direitos da juventude negra

O direito à convivência familiar de crianças e adolescentes negros está previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atendendo ao tripé da proteção integral: Estado, família e sociedade. Sendo assim, qualquer restrição a esse direito,

como acolhimento, abrigamento e perda do poder familiar, são exceções que devem ser determinadas judicialmente e acompanhadas pelo Conselho Tutelar de cada região. Além de um direito legalmente previsto, a convivência familiar e comunitária e o estabelecimento de vínculos afetivos são condições importantes para o desenvolvimento das juventudes.

Dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstram que 5,5 milhões de pessoas não têm o registro do nome do pai em sua certidão de nascimento. Somente no ano de 2020, a falta de registro do progenitor atingiu a marca de 6,31% do total de nascimentos registrados naquele ano. Ao todo, estima-se que 12 milhões de mulheres gerenciem sozinhas lares com crianças e adolescentes.

Assim, ainda que seja muito importante reconhecermos os impactos psicológicos e sociais da ausência da parentalidade na vida dos jovens, é importante também rompermos com a padronização familiar, especialmente no que se refere aos modelos familiares vividos por jovens negros e periféricos. Alguns jovens têm referência familiar em mãe + pai; somente em mãe, pai, avó/avô, tia/tio; ou ainda em mais de uma mãe e mais de um pai. Existem muitos modelos familiares e todos eles devem ser respeitados como espaços de acolhimento e desenvolvedores das potencialidades de jovens negros.

TI. O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROMOÇÃO DE DIREITOS DA JUVENTUDE NEGRA

Os equipamentos de saúde são porta de entrada para o acesso a políticas públicas de jovens negros, seja em casos de violência (NPVs), por meio do acompanhamento em programas como Estratégia Saúde da Família (ESF), ou de atenção à saúde mental como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os equipamentos localizados em bairros com grande concentração de pessoas negras, como as periferias das cidades, precisam estar sempre atentos aos cumprimentos dos já mencionados diplomas legais que se referem ao atendimento integral da população negra por meio do SUS.

No entanto, esses territórios sofrem com a ausência de outros equipamentos públicos necessários para a efetivação integral dos direitos dos jovens negros, como educação, lazer, cultura etc. Nesses casos, ainda que tal atuação não invalide a necessidade de políticas públicas, muitas vezes há grupos organizados, especialmente por

jovens, que atuam para a garantia plena dos direitos das juventudes negras, em organizações com viés comunitário, territorial e racial, conforme demonstrado nas formações realizadas entre os profissionais de saúde e o Instituto AMMA Psique e Negritude, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, que deu origem a esse guia. É necessário, portanto, que os profissionais de saúde construam relação com esses grupos, com a finalidade de construir vínculos com o território e a consequente participação ativa na promoção à vida e ao futuro de jovens negras/os.

Parte II

PARTICULARIDADES E COMPLEXIDADES DAS JUVENTUDES NEGRAS

1. VIOLÊNCIAS RACIAIS E JUVENTUDES NEGRAS: ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS

Formação do Brasil

A chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500 pontua o início do sistema de colonização, ao qual a futura nação brasileira seria exposta e colhe consequências até os dias atuais. As colônias de exploração tinham como objetivo central a extração das riquezas naturais dos territórios explorados em favor dos países colonizadores, com a finalidade de comercialização desses produtos no mercado internacional. Os países colonizadores fizeram o uso da força e instituíram uma série de leis, impostos e obrigações, a fim de exercer controle político, econômico, moral e social do espaço colonizado.

Desde o século XVI, o Brasil é o palco para a realização dos mais nefastos experimentos, administrado pelo sistema *Casa-Grande & Senzala*⁶, que se caracterizava como o sistema patriarcal oligárquico, monocultor, de base escravista, sendo a família do senhor de engenho a instituição responsável pela organização social do Brasil, de Norte a Sul da colônia, detendo todo o controle familiar, social, político e econômico do país.

[6] O sistema *Casa-Grande & Senzala* faz alusão a obra literária de Gilberto Freyre e expressa o simbolismo imposto pelas ideias das elites dominantes na constituição do Brasil, onde os valores eram espelhados exclusivamente nas sociedades ocidentais. Esse movimento tinha como finalidade seguir beneficiando os interesses políticos, econômicos, culturais e étnico-raciais dos brancos no Brasil, como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais e manutenção da lógica escravagista, iniciada no século XVI, excluindo a pessoa negra e o indígena desse processo. Assim, o termo *Casa-Grande & Senzala* faz referência a toda essa lógica escravagista e suas consequências nas estruturas sociais do Brasil.

Racismo contra pessoas negras e indígenas

A escravização de pessoas era o elemento central desse sistema, que se inicia a partir dos povos originários. O extermínio indígena e a não adaptação ao trabalho escravizado deixa uma lacuna extremamente importante para o desenvolvimento econômico, que se traduzia pela necessidade de mão de obra para a produção agrícola das extensas faixas de terra do Novo Mundo.

Nesse contexto, surgiu como solução a escravização de negros africanos, prática já desenvolvida pelas nações ocidentais, e que no Brasil foi estabelecida pela relação entre a Igreja, o tráfico de escravos e a Coroa de Portugal. Era o casamento perfeito para suprir a necessidade de mão de obra para a realização dos trabalhos no engenho e, ao mesmo tempo, resolver um problema de ordem moral, ligado a identificação do negro como um ser naturalmente inferior.

A construção desse pensamento no imaginário da sociedade brasileira possibilitou que uma série de imoralidades fosse imposta contra as populações africanas e indígenas, no decorrer dos quase quatro séculos que sustentaram o processo de escravização do Brasil. O país foi incutindo os padrões sociais do branco ocidental europeu, ao mesmo tempo em que subjugava as populações negras e indígenas como inferiores, posição relativamente interessante para a manutenção do sistema "Casa-Grande & Senzala".

O Brasil foi o maior território escravagista do hemisfério ocidental, onde quase 5 milhões de cativos foram capturados e exportados entre o país e continente africano, tornando o Brasil a maior diáspora de africanos fora da África.

Fonte: <https://www.slavevoyages.org/>

[7] Só no Brasil, segundo a Fundação Nacional do Índio, (Funai), a população indígena em 1500 era de aproximadamente 3 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 2 milhões estavam estabelecidos no litoral do país e 1 milhão no interior. Em 1650, esse número já havia caído para 700 mil indígenas e, em 1957, chegou a 70 mil, o número mais baixo registrado. Para consultar este e outros dados, acesse: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em 2 dez 2022.

A partir do século XVIII, com a crise do açúcar no mercado mundial, o Nordeste deixa de ser o centro comercial do Brasil, dando lugar ao Sudeste, onde o Brasil Colônia passa a assumir os valores dos poderosos aristocratas rurais de São Paulo e Minas Gerais. Todavia, a estrutura do patriarcado da “Casa-Grande & Senzala” se reinventa, assumindo uma nova máscara para a manutenção da estrutura do poder. Nesse ambiente, dominado pelos caprichos da elite agrária, abre-se caminho para as novas interpretações políticas e sociais do Brasil, ainda respaldadas no lucrativo tráfico de pessoas escravizadas e inferiorização das populações negras.

O Brasil do século XIX mantém suas estruturas sob os caprichos das elites dominantes, fato que faz do país o último representante a abolir a prática da escravidão na América. O modelo desenvolvimentista do Brasil Império (1822-1889) seguia em total sintonia com os valores europeus ocidentais, o que torna o Brasil um laboratório para as ambiciosas pretensões da universalização cultural-desenvolvimentista propostas pelos países do Norte.

Racismo Científico e Supremacia Branca

O Racismo é o elemento propulsor desse sistema, embasado nos ideais de uma superioridade ética, estética, intelectual e espiritual das pessoas brancas sobre os demais grupos. A *Supremacia Branca* representa um conjunto de ideais racistas que criam a falsa ideia de que pessoas brancas são naturalmente superiores que as pessoas de outros pertencimentos raciais. Os supremacistas, defensores desse modo de pensamento que abarca uma visão deturpada de mundo, transferem à imagem dos povos não brancos uma série de atributos incompatíveis com suas construções raciais e culturais, classificando essas populações como naturalmente inferiores.

Todo embasamento científico da supremacia branca se deu a partir do *Racismo Científico* ou *Racismo Biológico*, uma pseudociência que exerceu enorme influência sobre cientistas e pensadores entre o final do século XIX e início do século XX. A contribuição desses grupos era criar falsos validadores, que tinham como objetivo científico a comprovação dos valores propostos pela supremacia branca, utilizando-se de conceitos da antropologia, antropometria, craniometria e outras disciplinas que apoiassem a classificação das populações humanas em raças fisicamente distintas, buscando justificar sob evidências empíricas a inferioridade ou superioridade racial.

Embora a comprovação desses argumentos tenha sido amplamente refutada pela comunidade científica, em especial a partir do século XX, as consequências biopsicossociais para a pessoa negra seguem vivas até os dias atuais. Esse movimento foi acolhido pelas elites dominantes do Brasil, estruturando o racismo como causa natural no projeto sociopolítico do país.

Mesmo após toda a resistência das pessoas negras, aliadas a campanha abolicionista pela libertação e fim do escravagismo, o Brasil continuou conduzindo sua imperfeita estrutura sociorracial, onde os ex-escravizados eram inferiorizados e coisificados dentro da sociedade, não dignificando a pessoa negra enquanto ser humano.

Políticas de branqueamento da sociedade brasileira

Com a Proclamação da República, no ano de 1889, que resultou de uma insatisfação dos militares e elites dominantes com a Monarquia, as cidades cresciam e novos grupos sociais se estabeleciam, introduzindo o país na nova era capitalista, sem modificar a ordem vigente escravagista, que agora se apresentava no campo do trabalho como mão de obra livre e barata de negros.

No processo pré-industrial brasileiro, no início do século XX, as ideias liberais importadas que dominavam o período consideravam negros e indígenas inaptos a nova ótica capitalista de trabalho, camuflando o sentido da discussão dos reais problemas do país, sendo o mais grave deles as sequelas da escravização e negação de direitos da pessoa negra.

As políticas públicas consolidadas pelo Estado brasileiro contribuíram com o abandono das populações negras, uma vez que eram decretadas pelo viés racista que vigorava entre os legisladores do Brasil do início do século XX. Havia um real interesse por parte das elites no processo de branqueamento da sociedade, e consequente manutenção da população negra no status de escravização após a aplicabilidade da Lei Áurea. Acreditava-se que a vinda de grupos brancos para o Brasil, com o passar dos tempos, geraria uma melhora biológica e moral nas populações mestiças e negras, ignorando as características dos violentos processos de miscigenação ocorridos no Brasil. Como solução para tal questão, a política de imigração de brancos europeus buscava atender as demandas de trabalho existentes, anteriormente ocupadas por escravizados, ofertando terras e pecúlios para a alocação desses grupos em terras brasileiras⁸.

A província de São Paulo, por exemplo, criou a Sociedade Promotora da Imigração, em 1886, para recrutar, transportar e distribuir trabalhadores europeus pelas fazendas paulistas.

A imediata consequência dessa política de trabalho foi a intensificação e agravamento dos problemas sociais das populações negras como a fome, falta de moradia, trabalho informal e precário, aumento da mendicância, abandono de crianças e adolescentes, aumento do número de crianças na rua e prática de pequenos furtos, que passam a fazer parte do cotidiano da sociedade.

A responsabilidade penal imposta pelo sistema judiciário, que se alimenta das estruturas do racismo, foi determinante para a construção de uma imagem marginalizada das pessoas negras. Um conjunto de leis e decretos foram criados com o objetivo da criminalização da pessoa negra pelo Estado brasileiro, legitimando juridicamente a indiferença frente à situação decorrente das condições sociais vivenciadas pelas populações negras, de pobreza e exclusão.

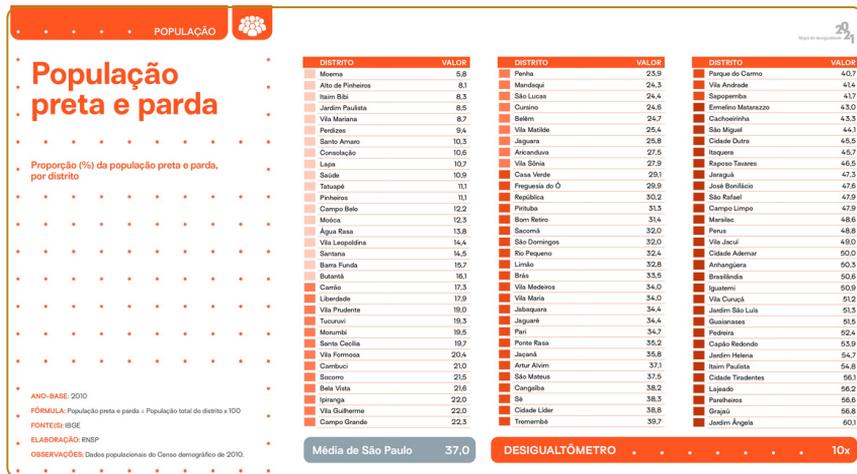
O Código Penal do Menor, conhecido como Código Mello Mattos, prevista no decreto-lei Nº 17.943-A de 1927, foi o primeiro código penal que garantia os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Ainda assim, mantém a visão conservadora e racista dos legisladores, atestando que os menores delinquentes são uma ameaça à sociedade ordeira e de “bem”, e precisam ser punidos pelo rigor da lei. Esses menores eram, em sua maioria, pessoas negras e pobres.

Fonte: BRASIL. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927 (Código de Menores). Consolida as leis de proteção e assistência a menores. Subchefia para assuntos jurídicos [da] Casa Civil [da] Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em: 24 mai. 2013.

O crescimento das áreas periféricas fez evoluir a ocupação das populações negras nos subúrbios das cidades. Frente a necessidade de moradia e sobrevivência, as favelas têm um expressivo adensamento após os anos (19)60, em especial nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Em residências precárias e sem saneamento básico, o agravamento dos problemas sociais dessas populações evidenciava o abandono do Estado. A violência passa a atingir em cheio esses territórios, se apresentando como violência

[8]Tal garantia se deu pelo decreto 528, de 28 de junho de 1890, que estabeleceu como “inteiramente livre a entrada nos portos da República” de imigrantes válidos e aptos ao trabalho, exceto indígenas da Ásia ou da África, cujo a admissão dependia de aprovação do Congresso Nacional.

racializada contra corpos pretos e pardos, em especial, dos jovens periféricos.



Fonte: Mapa da desigualdade 2021 – Rede Nossa São Paulo (2021). Disponível em: https://www.nossaosaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf. Acesso em 2 dez. 2022.

O abandono das populações negras e pobres foi um marcador das políticas públicas do Brasil do século XX, que se reflete nas vulnerabilidades sociais às quais as populações negras estão expostas ainda nos dias de hoje. Diante de uma estrutura socioeconômica que dá sustentação ao racismo, um conjunto de medidas legais foi criado para impossibilitar o desenvolvimento da pessoa jovem negra enquanto sujeito pleno de direitos, e que seguem alimentando os marcadores de diferenças raciais praticados no país.

Expressões do racismo e das violências contra os jovens negros

Segmentada pela opressão racial das populações, a sociedade brasileira não se consolida de maneira completa para as/os jovens negros/os e pobres do país, uma vez que não há uma construção de uma consciência coletiva pautada na equidade, capaz de incluí-los na nova ordem social e cessar as sequelas advinda do processo de escravagismo.

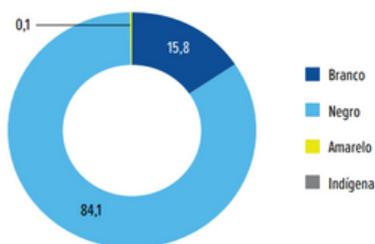
Posto com um produto criado pelo processo de escravização na conturbada constituição da nação brasileira, o corpo da/o jovem negra/o, antes cobiçado para o desenvolvimento do trabalho escravocrata, agora é visto como ameaça social, recebendo uma gama de violações. Violência física, violência simbólica, violência letal, violência de gênero, racismo e discriminação passam a ser práticas concretas, que se materializam no cotidiano desses corpos jovens e interferem na psicodinâmica de suas vidas, contribuindo com seu extermínio.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2022/ Acesso em 2 dez. 2022.

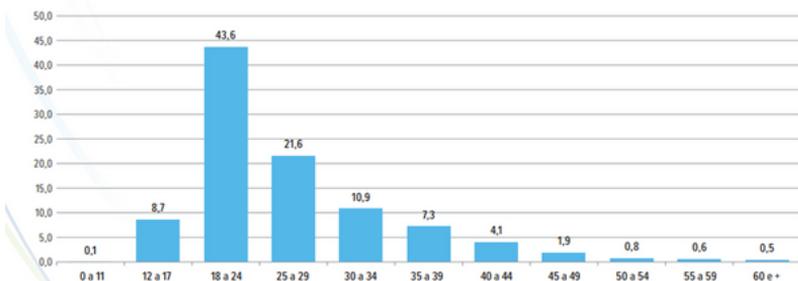
A não aceitação dos corpos das/os jovens negras/os pelo imaginário racista brasileiro, aliado ao fracasso das políticas da segurança na atenção e cuidado dessas populações, traz como consequência a repressão e as altas taxas de letalidade nas ações desempenhadas pelas polícias. Uma forte repressão e violência policial é empregada contra esses corpos, conferindo-lhes um status de marginalizado, digno de ser abatido, tornando essas corporações uma eliminadora legal das populações jovens negras e periféricas do país. Dados do Anuário de Segurança Pública de 2022 mostram o escárnio das intervenções policiais contra a juventude negra e periférica do Brasil.

Raça/cor das vítimas de intervenções policiais com resultado morte Brasil, 2021



Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social.

Faixa etária das vítimas de intervenções policiais com resultado morte Brasil, 2021

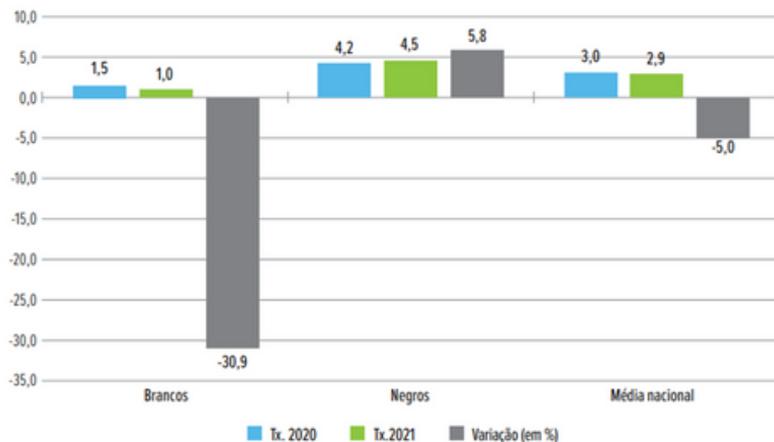


Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social.

Fonte: Gráfico 18,19 e 20 do Anuário de Segurança Pública/2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em 2 dez. 2022.

O racismo se sustenta como um marcador de diferenças entre populações jovens negras e brancas, e essas diferenças são visivelmente escancaradas nas taxas de mortalidade por intervenções policiais entre brancos e negros. Nos anos de 2021 e 2022, houve um decréscimo de 30,9% de mortes de pessoas brancas, enquanto houve um aumento de 5,8% de mortes de pessoas negras, escancarando que o principal inimigo das corporações policiais é o corpo de jovens negros.

Taxas de mortalidade por intervenções policiais entre brancos e negros
Total 2020-2021 e variação



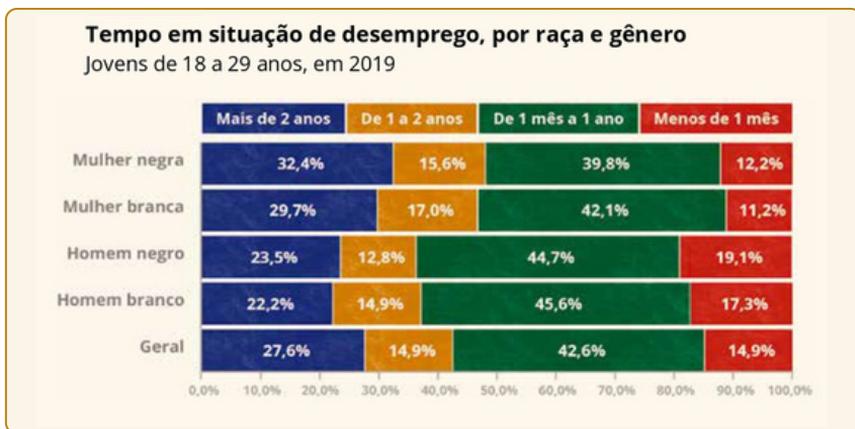
Fonte: Análise produzida a partir dos microdados dos registros policiais e das Secretarias estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PNAD Contínua, IBGE.

O corpo negro, enquanto identidade visível da pessoa negra, revela-se como uma estrutura composta de aspectos conscientes e inconscientes, culturais, sociais, afetivos e simbólicos. Sua capacidade de perceber e ser percebido atravessa uma série de informações onde esse corpo assume uma capacidade de assimilação daquelas informações impostas pelo constructo social.

No campo do trabalho, educação e renda, o racismo também revela sua face cruel. Segundos dados do IBGE no relatório *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (2016), a distribuição racial da riqueza em 2014, nos 10% mais pobres, 76% eram pretos ou pardos e 22,8% eram brancos. Já no outro extremo da distribuição, quer dizer, no 1% com maiores rendimentos da população em 2014, 17,8% eram pretos ou pardos, contra 79% de brancos. O rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda, entre 2003 e 2015, teve um acréscimo de 52,6%, enquanto o rendimento dos trabalhadores de cor branca cresceu 25%.

As/os jovens negras/os são os maiores prejudicados na avaliação desses indicativos. Dados da pesquisa *Jovens Negros e o Mercado de Trabalho*, encomendada pelo Banco Mundial, Núcleo de Pesquisa Afro

do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Instituto de Referência Negra Peregum (2022), revelam que, na faixa etária entre 18 e 29 anos, as taxas de desemprego tem agravante racial e de gênero. O número de pessoas ocupadas profissionalmente entre as mulheres jovens brancas é de 58,0%, enquanto o de mulheres jovens negras é 46,7%. Entre os homens jovens brancos o número corresponde a 71,6%; e entre homens jovens negros 67,3.



Fonte: Jovens negros e o mercado de trabalho. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099334110272271427/pdf/IDU01ca2c3010013504d600ac0304fe0ba23172e.pdf>. Acesso em 2 dez. 2022.

Ainda segundo dados da pesquisa, os desafios das/os jovens negras/os nos campos educação e renda são também afetados pelas práticas do racismo. As pessoas jovens negras destacaram a relevância da aparência, apontando a cor de pele ou o fato de destoar de um padrão buscado pela área de Recursos Humanos nas corporações empresariais como um empecilho ao acesso a vagas no mundo corporativo, constituindo uma série de constrangimentos sociais e raciais que se transformam em barreiras para o ingresso dessas populações nesses espaços. Mesmo quando a juventude negra supera os muitos obstáculos educacionais, ela tem retornos mais baixos do investimento em educação no mercado de trabalho.

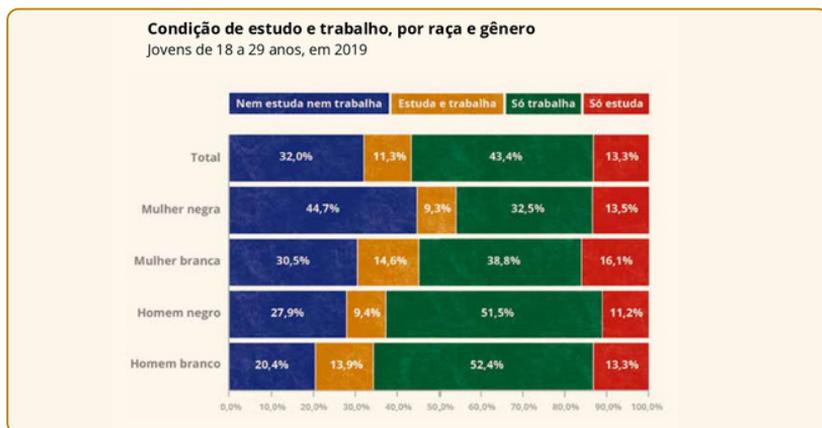
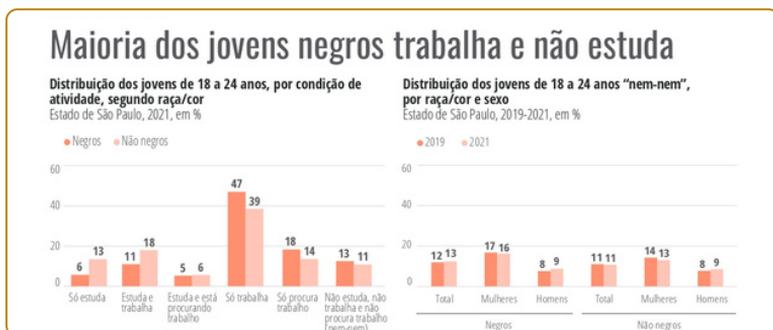


Gráfico 2: Situação na força de trabalho, por raça e gênero – Fonte: pesquisa banco mundial, p. 24. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099334110272271427/pdf/IDU01ca2c3010013504d600ac0304fe0ba23172e.pdf>. Acesso em 2 dez. 2022.

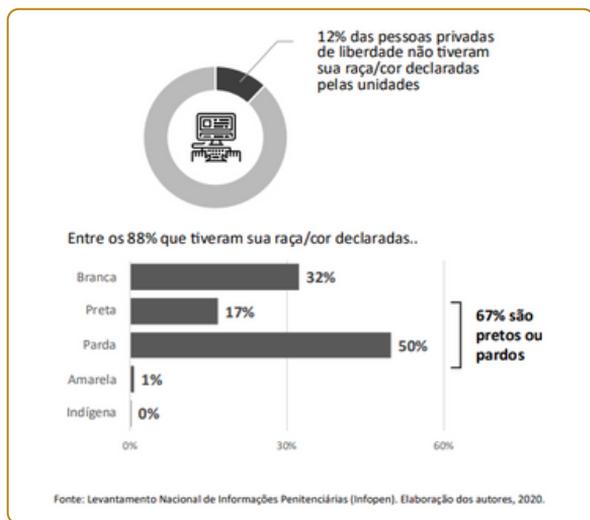
O relatório da Fundação Seade (2022), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, revela os agravantes vivenciados pelas populações jovens negras no Brasil, que não conseguem manter o trabalho e os estudos ao mesmo tempo. O alto percentual de jovens considerados como “nem-nem” (que não estudam e nem trabalham) expressa as debilidades dessas populações, piorando sua condição de escolaridade em comparação aos jovens brancos.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Fundação Seade. Disponível em: <https://informa.seade.gov.br/wp-content/uploads/sites/8/2022/11/Seade-Informa-social-maioria-jovens-negros-trabalha-nao-estuda.pdf>. Acesso em 2 dez 2022

Ao longo dos últimos anos, o percentual da população negra encarcerada tem aumentado. O encarceramento das populações negras segue os padrões da cultura racista do Judiciário, que tem dentre as principais vítimas os jovens negros. Crimes de pequeno porte ou não julgados engrossam as altas taxas de pessoas reclusas de liberdade, em contramão da lentidão dos julgamentos e condenações dos crimes.

Enquanto presidiários, as principais dificuldades se apresentam em denúncias de tortura, maus-tratos, superlotação, desenvolvimento de doenças por falta de higiene adequada ou condições insalubres dos presídios. Afastadas da participação social enquanto sujeito de direitos, com consequente manutenção do status de escravizadas pelas políticas jurídicas, essas populações seguem penalizadas pelas pressões do racismo.



Fonte: Jovens negros e o mercado de trabalho. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099334110272271427/pdf/IDU01ca2c3010013504d600ac0304fe0ba23172e.pdf>. Acesso em 2 dez. 2022. Fonte: Informativo Desigualdades raciais e Covid-19 - População negra e prisão no Brasil: impactos da covid-19/2020. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Informativo-4-Populac%CC%A7a%CC%83o-negra-e-prisa%CC%83o-no-Brasil-impactos-da-covid-19-.pdf>. Acesso em 2 dez 2022.

Segundo dados da Secretaria Nacional da Juventude no *Mapa do Encarceramento: jovens do Brasil* (2016), os jovens entre 18 e 29 anos são os dois maiores representantes da comunidade carcerária no país, números que seguiram em elevação durante os anos de realização da pesquisa. O quesito raça também expressa as desigualdades do sistema carcerário.

Gráfico 8. População prisional segundo faixa etária. Brasil, 2005 a 2012.

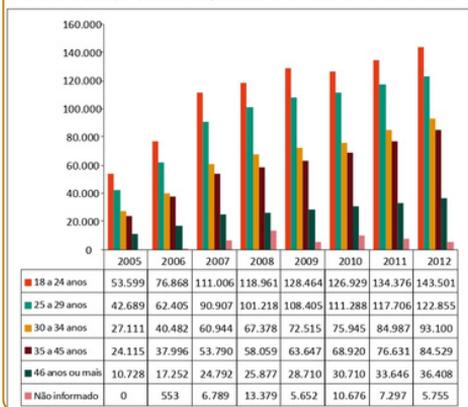
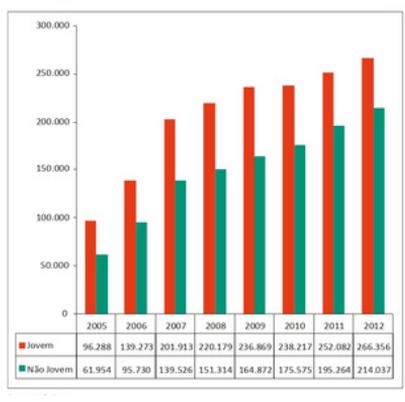


Gráfico 9. População prisional segundo jovens e não jovens. Brasil, 2005 a 2012.



Fonte: Mapa do Encarceramento: jovens do Brasil (2016) pág. 33 e 35. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil/>. Acesso em 2 dez. 2022.

Já os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 afirmam que 820 mil vidas estão sob a tutela do Estado. Em 2011, 60,3% da população encarcerada era negra e 36,6% branca. Em 2021, a proporção foi de 67,5% de presos negros para 29,0% de brancos. No encarceramento de negros e jovens: 46,4% dos presos têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são de cor/raça negra.

Diante dessa dura extirpação humana, populações jovens negras seguiram condenadas a uma realidade sociocultural estabelecida pelo outro, onde sua identidade foi condicionada à funcionalidade de categoria inferior, que permitiu que fosse atribuído a esses jovens todos os tipos de males sociais e imoralidades por parte da sociedade brasileira. A força de trabalho do jovem negro passou a ser negociada pela ordem capitalista, mas não na ótica social do desenvolvimento do sujeito, gerando uma série de problemas que não afeta só o jovem negro, mas todo o conjunto da sociedade.

Efeitos biopsicossociais da violência racial contra jovens negros

Os efeitos da violência racial corroboram com a constituição do processo biopsicossocial do corpo jovem negro, no seio da sociedade brasileira, transpassando por suas perspectivas biológica, psíquica e social, visando a compreensão da totalidade vivenciada pela pessoa negra. As vulnerabilidades em saúde desses indivíduos se apresentam a partir dos indicadores de saúde que, quando cruzados com outros indicadores, como os socioeconômicos, revelam as complexidades que exercem sobre a saúde de jovens negros no Brasil.

O aspecto emocional é constituído pela interação entre o contexto social, cultural, político, econômico e ambiental, entre si e entre os aspectos individuais, criando condições que favorecem certos riscos ou ameaças à saúde. Crises de ansiedade, baixa autoestima, retraimento social, uso exagerado de redes sociais, isolamento, entre outros aspectos, fazem parte do panorama de vida desses jovens e podem contribuir para casos mais graves de depressão.



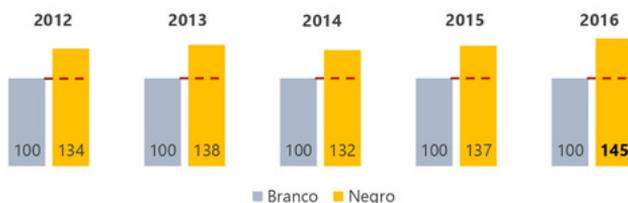
Fonte: Juventudes e a Pandemia – Atlas da Juventude – 2022, p. 37Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2022/09/JuventudesPandemia3_Relato%CC%81rioNacional_20220923.pdf. Acesso em 2 dez. 2022.

As/os jovens negras/os são acometidas/os por inúmeras situações em seus cotidianos que intensificam os aspectos da saúde de seus corpos. Segundo dados do Ministério da Saúde no relatório Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros - 2012 a 2016, (2018), ocorreram em média 11 mil suicídios na população geral e 3.043 suicídios entre adolescentes e jovens, colocando o suicídio como a quarta causa de morte nesses grupos etários. Para os adolescentes e

jovens negros, a primeira causa de morte são os homicídios, seguida dos acidentes (incluindo acidentes de trânsito), neoplasias malignas e o suicídio.

Ainda segundo os dados, ansiedade e a depressão são os principais determinantes para a tentativa e efetivação do suicídio entre adolescentes e jovens. Situações que envolvem violência física, homofobia, consumo abusivo de álcool e uso de drogas contribuem para aumentar a vulnerabilidade dos adolescentes e dos jovens. Sentimentos de não pertencimento, exclusão e não aceitação de si mesmo por parte do próprio adolescente/jovem, sua família e/ou amigos são fatores que também aumentam o risco de suicídio.

Em 2016, o risco de suicídio foi 45% maior em adolescentes e jovens negros comparados aos brancos



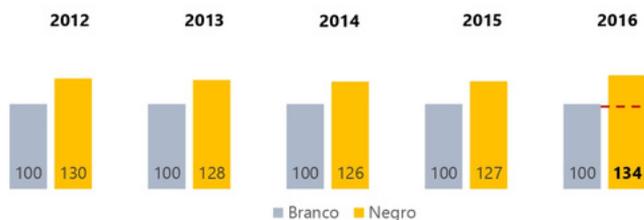
Em 2016, a cada 100 suicídios em adolescentes e jovens brancos, ocorreram 145 suicídios em negros

Fonte: Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 (2018) p. 32.
Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 2 dez. 2022.

Analisando os dados das desigualdades raciais no suicídio na faixa etária de 10 a 19 anos, os adolescentes negros apresentaram um risco crescente entre os anos de 2012 e 2016. Em 2016, os adolescentes negros apresentaram um risco 67% maior de suicídio do que os adolescentes brancos, isto significa que, a cada 100 suicídios em adolescentes brancos, ocorreram 167 suicídios em adolescentes negros. O risco de suicídio entre os jovens (20 a 29 anos) negros foi

maior do que entre os brancos da mesma faixa etária ao longo dos anos estudados (2012 a 2016). Em 2012, a cada 100 suicídios em jovens brancos, ocorreram 139 suicídios em jovens negros. Em 2016, os jovens negros apresentaram um risco até 34% maior de suicídio; isto significa que a cada 100 suicídios em jovens brancos, ocorreram 134 suicídios em jovens negros.

Em 2016, jovens (20 a 29 anos) negros apresentaram um risco até 34% maior de suicídio



Em 2016, a cada 100 suicídios em jovens brancos, ocorreram 134 suicídios em jovens negros.

Fonte: Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 (2018) p. 32. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em 2 dez. 2022.

As chances de um adolescente ou jovem cometer suicídio é 45% maior entre negros. Entre os do sexo masculino, as chances aumentam em 50% se comparados aos brancos também na faixa etária entre 10 e 29 anos. A pandemia de covid-19 só piorou esses números, uma vez que a diminuição de trabalho e renda associadas as medidas de isolamento trouxeram uma série de consequências para os jovens, em especial os negros e periféricos, já perfilados nas estatísticas do suicídio.

Segundo o psicólogo Bruno Mota, em entrevista ao portal Uol Notícias, "a população negra vive uma espécie de estresse pós-traumático contínuo. Cada experiência de discriminação vai ativar esse estilhaço traumático e causar adoecimentos. Além disso, a maneira como o Estado e a mídia colocam as juventudes negras como potenciais criminosos sustenta um imaginário prejudicial à saúde"⁹.

[9] Fonte: UOL Notícias. Setembro amarelo: por que a população negra corre mais risco de suicídio. Publicado em 02 set 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2022/09/02/setembro-amarelo-psicologo-alerta-sobre-riscos-a-populacao-negra.htm>. Acesso em 2 dez 2022.

Já o psicólogo Igo Ribeiro afirma em uma de suas falas como educador convidado para a formação, “que as pessoas negras são alijadas das condições adequadas de vida e existência, acumulando as maiores taxas de analfabetismo e os menores padrões remuneratórios, segundo dados do IBGE (2018), e estando sobrerrepresentadas nos dados da violência e protagonizando o quadro de disparidades socioeconômicas de exclusão e humilhação social”. Ainda segundo Igo, “o sofrimento psíquico caminha lado a lado com o contexto de alta exposição a violência em que jovens negros e negras estão inseridos.

Assim o racismo projeta as contradições sociais, raciais, econômicas, culturais e psicológicas dentro do escopo da sociedade brasileira e, por consequência, gera violentas feridas nas subjetividades e vidas dos corpos dos jovens negros e negras enquanto seres individuais e coletivos. Pensar em serviços de atendimento à saúde que contemplem a compreensão dessas realidades complexas é de fundamental importância para a melhoria e acesso das juventudes negras ao direito universal da saúde e cuidado.

2 PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DAS JUVENTUDES NEGRAS

Corporeidade

O corpo negro, enquanto identidade visível de jovens negras/os, revela-se como uma estrutura composta de aspectos conscientes e inconscientes, culturais, sociais, afetivos e simbólicos. Os marcadores sociais que definem o corpo negro na sociedade, assim como a capacidade desse próprio corpo perceber e ser percebido no mundo, dão condução aos sistemas de classificação impostas pelo constructo social.

Os aspectos fenotípicos são marcados por traços negroides, relativamente à cor da pele – preta ou parda – e aos aspectos físicos predominantes, como lábios, nariz e cabelos, sendo características de pertencimento do jovem ao grupo racial negro, criando uma série de dispositivos que criam uma marca identitária visível ao mundo.

Há uma série de imagens construídas que atribuem ao corpo jovem negro um lugar de símbolo sexual, propenso aos prazeres carnavais que o universo oferece, mostrando que os usos e abusos cometidos contra esses corpos no período da escravização continuam vivos no imaginário brasileiro. A hipersexualização desses corpos faz

com que esses jovens negros sejam considerados objetificados e passíveis das mais diversas explorações.

As relações afetivo-sexuais, que fazem parte do cotidiano dos jovens, colocam o corpo do jovem negro em um processo biológico e psíquico que se dá em ritmo diferente a compreensão da sexualidade de outros grupos raciais. A virilidade do jovem negro, visto como másculo, vigoroso e aguerrido, numa comparação a força de um animal, impõe uma condição de pessoa desprovida de sentimentos e pronto para o conflito. Assim como as mulheres jovens negras assediadas pela protuberância de seus corpos são vitimadas pelos altos índices de estupros e homicídios.

A gravidez na adolescência e juventude, subproduto dessa hipersexualização dos corpos negros, atinge em maior número as mulheres negras e periféricas, contribuindo para os índices de riscos à saúde da mãe e da criança, nascimento prematuro, aborto e evasão escolar, sendo muitas vezes encarada de forma negativa do ponto de vista emocional e financeiro das jovens e suas famílias, alterando drasticamente suas rotinas.

As questões de gênero também são elementos que ratificam a violência contra as populações negras. A violência de gênero replica os validadores da sociedade brasileira racista, que normatiza a figura do homem branco, hétero e rico como o modelo perfeito. O machismo tem consequências diretas na subjetividade desses jovens, em especial das mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

A corporeidade negra ocupa um lugar de marginalização e invisibilidade onde o apagamento histórico contribui com a dificuldade em construir uma identidade negra diante do discurso hegemônico eurocentrado, que convoca ao embranquecimento sociocultural. A consciência corporal do jovem negro só acontece quando há uma compreensão desse corpo como espaço de cuidado e afeto, de lugar de respeito e controle.

Contexto familiar

A família tem uma grande incidência no desenvolvimento emocional e social de todo jovem. É no contexto familiar que a/o jovem negra/o conhece as primeiras regras de convivência para preparar-se emocionalmente para as adversidades do mundo exterior. A família, em geral, é quem define nossos princípios, o que entendemos por certo e errado, buscando um equilíbrio que nem sempre é fácil.

A família de origem das/os jovens negras/os é por vezes compreendida por outras interpretações, uma vez que é comum a constituição familiar da/o jovem negra/o pode englobar outras modalidades diferentes da tradicional família nuclear. Famílias monoparentais (em sua grande maioria conduzidas por mães solas), famílias extensivas (que incluem a presença de outros parentes como avós, tios, primos e outras relações de parentescos), famílias homoafetivas, famílias com composição interracial e outros tipos de famílias são casos encontrados na composição familiar de muitos jovens negros no Brasil.

A família anaparental (que não possuem a figura dos pais, onde os irmãos tornam-se responsáveis uns pelos outros) é uma realidade social que atravessa a vida de jovens negras/os. Nesse modelo, a figura de cuidado muitas vezes é o próprio jovem, que assume essa função de responsável legal de pais, irmãos e outros.

Em uma fase de descobertas e de encontros consigo e com o mundo, as/os jovens negras/os se veem obrigadas/os a enfrentar todos os desafios que virão pela frente já imbuídos de outras complexas responsabilidades. De maneira mental e organizacional, o conceito de família se estende a diversas formas de organização fundamentada na relação afetiva com seus membros, lugar onde expressam seus sentimentos e inquietações.

Códigos simbólicos

No sentido antropológico, pode-se dizer que todo e qualquer indivíduo pertence ao contexto de uma cultura, que se fundamenta pela presença de códigos simbólicos reconhecidos pelos grupos. Esses códigos possuem um conjunto de características e significados profundos e são fundamentais para a compreensão das representações imagéticas construídas pelo próprio jovem negro e/ou pelo universo que o rodeia.

A autoimagem é a forma de como a/o jovem negra/o se vê, não só fisicamente, mas emocional, social e cognitivamente, dentro das *personas* que exercem dentro da sociedade. O senso do Eu é formado nessa interação da/o jovem com o mundo, que terão elementos de suas construções subjetivas e do retorno de outras pessoas de sua convivência.

Por sofrerem discriminação de gênero, etnia e raça, a baixa autoimagem da/o jovem negra/o é reproduzida pela mensagem transmitida recorrentemente às pessoas negras de que, para ser humanizado, é preciso corresponder às expectativas do padrão dominante, ou seja, tornar-se branco. Assim, a autoimagem criada pela/o jovem negro necessita de um maior autoconhecimento de sua própria história e de todos os aspectos de sua personalidade para uma autoimagem realista e positiva.

A autoimagem que as/os jovens negras/os constroem sobre si e seus comportamentos quando fruto de uma relação harmoniosa com seus corpos, é o início do caminho para o reconhecimento de quem se é, para desenvolver de forma real a autoestima, buscando a valorização da identidade da pessoa negra e parda no enfrentamento da cultura do embranquecimento, de maneira condizente e verdadeira.

A linguagem é outro aspecto que materializa a presença do jovem negro na vida social, dando sentido a sua existência. Uma linguagem toda específica: o jeito de falar, escrever e enviar mensagens eletrônicas são características marcantes na comunicação das populações negras e periféricas. Uma linguagem coloquial, com uso constante de contrações, gírias específicas de comunidade e do cenário musical, aproxima essa linguagem a uma oralidade territorial que se contrapõe à norma culta que, por muitas vezes, é estigmatizada pelos padrões sociais de convivência branca e racista.

A dificuldade de comunicação entre as/os jovens e o restante da sociedade não é incomum, uma vez que a juventude desenvolve modos de comunicação que não são compreendidos pelos padrões de linguagens ditos normais. Sem a devida atenção aos processos de linguagens das juventudes negras e periféricas, é impossível estabelecer uma relação de comunicação plena com esses indivíduos.

Esses códigos simbólicos não garantem todas as respostas, mas dão indícios sobre as possibilidades de compreensão das identidades jovens negras, onde há elementos subjetivos, simbólicos e culturais do modo de ser jovem negra/o e periférico, permitindo sua socialização e construção de experiências sólidas de convivência.

Território

O território é o lugar onde experienciamos a vida, percebemos o mundo e pelo qual o mundo interage por meio de processos subjetivos pertencentes às estruturas sociais que afetam diversos aspectos da humanização. Neles, se materializa a presença das identidades que remetem aos sentidos e significados das linguagens, imagens, comportamentos e formas de entender a vida dentro de um determinado contexto sócio-histórico e cultural.

Construído a partir da ideia racista de local de vida de pessoa inferiorizada social e financeiramente, os territórios periféricos passaram a ser locais a serem evitados não só pelas políticas públicas, mas pelo conjunto da “sociedade de bem”. O estigma de favelado fez a corporeidade negra ocupar um lugar de marginalização e invisibilidade, um apagamento histórico da pessoa negra e, por conseguinte, o definhamento de seus aspectos psicológicos. Mas é também nesses espaços que a/o jovem negra/o encontra espaço de ressignificação, fazendo com que essas/es jovens negras/os da periferia transformem o estigma fortemente negativo identificado em seus corpos em algo positivo, a fim de realizar sua verdadeira integração na sociedade. Ainda que esses grupos jovens sejam deixados à “própria sorte” na sociedade brasileira, alimentando as duras estatísticas de vulnerabilidades sociais, o território é sempre um lugar visto como aconchego e segurança.

A realidade das drogas, em seu aspecto recreativo ou viciante, se apresenta como um atrativo de fuga das duras realidades impostas pelas privações econômicas e de acesso ao consumo. A facilidade pela qual os jovens negros têm acesso ao universo das drogas, sejam lícitas ou ilícitas, sinaliza uma ideia de um problema multifatorial, que necessita de entendimento de seus tentáculos para o correto auxílio na busca de soluções.

A arte e a cultura se expressam na ancestralidade, na relação com a natureza, na relação entre gerações, na relação comunitária das territorialidades periféricas, mostrando a importância desses espaços para desenvolver com maior plenitude sua autoestima, autoconfiança e autenticidade dos jovens. Essas expressões se confirmam através da dança, canto, performances, poesias, RAPs, batalhas de slam, funk, samba e ritmos que são elementos definidores do que é cultura negra brasileira.

A arte impacta de forma individual e coletivamente o ambiente onde esses jovens estão; dá esperança a eles; faz com que eles se sintam pertencentes e protagonistas de suas histórias. Os coletivos periféricos, espaços de resistência onde as/os jovens compartilham problemas comuns às suas realidades, passam a desempenhar um papel importante na fortificação de uma identidade coletiva, capaz de compreender a força da comunidade na mudança de vida dos jovens.

Segundo a psicóloga e uma das educadoras dessa formação, Débora Medeiros, em entrevista ao blog Portal da Blog da Letrinhas, fala da importância da luta antirracista com ferramentas que possibilitem as pessoas negras uma redefinição de valores sociais e culturais. De forma metafórica, ela diz que “Sankofa” é um adinkra que nos ensina a retornar ao passado para pegar o que se esqueceu e ressignificar o presente. A construção do futuro será a consequência desse aprendizado; logo, para que exista um futuro, é urgente encontrar o caminho de volta”, suscitando a importância de uma compreensão dos valores culturais negros na formação das subjetividades de jovens negras/os no Brasil.

Já a psicóloga Elania Francisca, também uma das educadoras dessa formação, em matéria publicada pelo blog do Instituto Fazendo História diz que “a sexualidade pode ser olhada de forma positiva, e não tendo a violência como centro. Se repararmos, quando o assunto é sexualidade só abordamos o tema com as crianças pensando na prevenção da violência. É importante prevenir, mas também é importante garantir direitos, e quando falamos de sexualidade estamos garantindo o direito de ser um corpo no mundo”, onde para ela a “sexualidade é corpo e que além de termos um corpo, nós somos esse corpo. E não apenas o corpo físico, mas todo ele, até nossas vísceras.”¹¹ Uma análise multifatoriais das complexidades do corpo negro na sociedade brasileira é urgente para uma melhor adequação dos serviços de saúde para as juventudes negras.

O pertencimento ao território dita o senso de identidade para as juventudes negras e periféricas, possibilitando a construção das potencialidades que os ajudem a vivenciar de formas coletivas experiências identitárias a partir da dinâmica do seu próprio corpo. O território periférico representa um espaço de construção de subjetividades dentro de um processo social, um vetor para seu desenvolvimento estrutural e humano das/os jovens a partir de todos os atores periféricos.

[11] Fonte: Blog da Instituto Fazendo História oficina sexualidade - qual o limite entre a liberdade e a proteção. Publicado em 07 fev 2022. Disponível em: <https://www.fazendohistoria.org.br/blog-geral/2022/2/4/oficina-sexualidade-qual-o-limite-entre-a-liberdade-e-a-proteo>. Acessado em 02 dez. 2022.

3 MANEJOS TÉCNICOS E AFETIVOS

Os jovens negros no Sistema Único de Saúde

A capacidade de aproximar os jovens negros aos equipamentos de saúde é um dever outorgado a todos os profissionais trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). O Ministério da Saúde, a partir da Política de Saúde integral da População Negra, compreende a situação de iniquidade e vulnerabilidade que afeta a saúde da população negra – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência – e reconhece que o racismo vivenciado pela população negra incide negativamente nesses indicadores, comprometendo o acesso dessa população aos serviços públicos de saúde, já que a boa qualidade da saúde gera condições para a inserção dos sujeitos nas diferentes esferas da sociedade de maneira digna, promovendo sua autonomia e cidadania.

Como objetivo geral dessa política temos: “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e discriminação nas instituições e serviços do SUS; reduzir na população negra indicadores de mortalidade infantil precoce e materna, em especial de jovens e adultos; reduzir os homicídios de jovens, em especial contra homens e reduzir as situações de abuso exploração e violência sexual, em especial contra as mulheres são ações trazidas no documento com a finalidade de ampliação do acesso à saúde das populações negras”.

Como estratégia de gestão, o inciso V do documento garante o “fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social.

No documento Saúde Integral de Adolescentes e Jovens, também do Ministério da Saúde, os princípios do atendimento a adolescentes e jovens, incluindo os pretos e pardos, estão descritos da seguinte maneira:

- Adequação dos serviços de saúde às necessidades específicas de adolescentes e jovens, respeitando as características da atenção local vigente e os recursos humanos e materiais disponíveis;
- Respeito às características socioeconômicas e culturais da comunidade, além do perfil epidemiológico da população local;
- Participação ativa dos adolescentes e jovens no planejamento, no desenvolvimento, na divulgação e na avaliação das ações.

Com a sociedade neoliberal, sob a ênfase do mercado e do consumo, as/os jovens são as principais vítimas dessa conjuntura de redução do acesso à saúde, sendo colocados em situação de grande vulnerabilidade social. Os vetores sociais que fazem parte da juventude, entre eles escola, trabalho e saúde, afetam a satisfação do jovem com a vida e, a longo prazo, podem levar à desmotivação e impactar a fecundidade e a criminalidade da sociedade. As/os jovens negros precisam encontrar nos equipamentos de saúde condições de acesso a fim de que possam prevenir doenças e mortes.

Juventudes negras acessando os espaços de saúde

Durante a realização da formação *Enfrentamento da Violência e do Racismo Contra Jovens Negros*, contamos com a participação de doze jovens negros e negras de diversas regiões periféricas de São Paulo, que colaboraram com seus pensamentos e perspectivas do que é ser um jovem negro na cidade. O objetivo da participação desses jovens é trazer experiências concretas que nos ajudem a compreender como aproximar os jovens negros dos equipamentos de saúde, uma vez que os próprios equipamentos de saúde participantes da formação afirmam ter dificuldades de resolver essa questão.

A partir de suas experiências de vida e território, os jovens trouxeram os desafios enfrentados por eles no acesso ao sistema de saúde, que por vezes não compreende as construções subjetivas e sociais dessas populações enquanto juventude negra. De um outro lado, as dificuldades dos profissionais no acolhimento e atendimento a juventude expõe uma série de incompreensões que funcionam como barreiras para o acesso dos jovens negros e negras aos equipamentos de saúde.

Dentre os obstáculos trazidos pelos jovens no acesso aos equipamentos de saúde estão:

Escuta desinteressada dos profissionais frente aos problemas relatados.

Pouca representatividade de profissionais negros nos equipamentos de saúde.

Dificuldades de expor problemas que envolvam elementos raciais com profissionais de outras raças, racismo, homofobia, machismo, desinformação, linguagem, incompreensões territoriais e culturais, tornando os equipamentos de saúde em espaços pouco atrativos para jovens negros/os.

Memória e afetos no manejo clínico dos profissionais

A memória é formada pelas lembranças que estão na consciência. Ao acessarmos nossos registros pessoais na memória temos a oportunidade de transformar ideias e pressupostos e ampliar a consciência, a fim de aumentar a visão sobre nós mesmos e sobre o mundo. O resgate da memória afetiva, quando bem orientada, trará a possibilidade de ampliarmos nossa consciência na medida em que integramos qualidades ao mundo vivenciado. Podemos transformar atitudes negativas perante a vida em outras mais positivas, facilitando o nosso crescimento.

Quando trazemos à tona nossas memórias afetivas, estamos elaborando e compreendendo experiências carregadas de afetos do nosso passado e que se depositaram no fundo da alma, sendo dolorosas ou não, fazem parte da edificação do nosso ser. O resgate da memória afetiva é fundamental no nosso processo de desenvolvimento psicológico, de autoconhecimento e desenvolvimento pessoal. Quando resgatamos nossas memórias estamos trazendo com elas a possibilidade de revisar, compreender e digerir determinadas situações que podem acarretar problemas de ordem psicológica e física. Para a formação da memória, a atenção é fundamental. Esta, por sua vez, pode ser mobilizada pelos afetos.

A psicóloga Thais Fernanda, uma das educadoras dessa formação, apresenta a interrogação para as/os profissionais de saúde:

O que te levou a escolher ser uma/um profissional que oferta CUIDADO às pessoas? *“Quem CUIDA de quem CUIDA, gente?!”*.

“Por isso é importante fazer a reflexão de como temos cuidado de nós para cuidar do outro”, aponta Thais, na condução do Módulo 3 desse curso. E quando pensamos na juventude preta e periférica, é importante não desconsiderar que as violências estruturais as afetam desde o ventre de suas mães, vivenciando afetos que trarão marcas significativas na constituição do ser. Assim, o profissional de saúde deve buscar uma aproximação afetiva com seu público alvo:

“Podemos considerar que são os afetos que vão compoendo a atuação dos profissionais dos serviços de saúde, e que estes afetos atravessam as práticas profissionais, considerados manejos técnicos. É a forma de atuação a partir das necessidades do público que faz com que o serviço de saúde cumpra seu papel totalitário”, afirma a psicóloga.

A partir das palavras-reflexões que elaboramos aqui, queremos deixar um convite/ compromisso de reafirmarmos, com uma visão ética de atuação, a importância de entendermos que prestar um atendimento de saúde a juventude preta e periférica é pensar no presente e no futuro do Brasil, é pensar na garantia de direitos, é pensar na longevidade da juventude, é pensar em romper com os estereótipos que atravessam nossa aproximação junto a elas/es, é pensar como nosso manejo técnico pode ser afetivo com escuta, diálogo e visão das potencialidades presentes em ser jovem negra/o, que carrega para além do marcador racismo em seus corpos.

É emergencial pensarmos, enquanto profissionais na saúde, quais estratégias seguiremos criando para que as/os jovens possam estar nos serviços de saúde por garantia de direito humano, contribuindo para o seu desenvolvimento saudável em vida e para que os espaços de saúde não sejam mais um dos lugares onde as violências raciais e desiguais se façam presentes nos territórios de afetos dessa juventude.

Abaixo um texto da Thais Fernanda, para fecharmos essa reflexão crítica em torno das juventudes negras periféricas. Esse texto sintetiza os potenciais e sensibilidades dessas juventudes, a partir do relato de uma psicóloga negra, ativista e periférica:

Dos desafetos aos afetos boombbox: (R)existência da estética negra e periférica

"Eu sempre tive cabelos crespos, dentro da definição dos fios 4C é o meu. Aquele que não faz cachos. Eu tinha 16 anos, foi a primeira entrevista de emprego. Era uma empresa de copos descartáveis na rua Pedro Bueno, nº 233. Estava feliz, ter um emprego, para muitas/os jovens é a possibilidade de contribuir com as despesas de casa e poder ter grana que leva o direito de acessar espaços de consumo. O consumo é sempre um desejo da juventude periférica, e precisa ser um direito de todes. Cheguei na entrevista, com a roupa que minha mãe conseguiu arrumar. Era meio esporte fino, considerada naquele tempo ideal para uma entrevista. Eu usava tranças (kanekalon), hoje conhecida como miojinho. Hoje pouco utilizado, acho que até extinto, mas naquele tempo era a única possibilidade de meninas pretas terem seus cabelos compridos, na realização de ter o tamanho e o escorrido cabelo das paquitas da Xuxa. A ideia de ser uma paqueta da Xuxa fez parte da infância de quem usava, nas brincadeiras quando criança, toalhas de banho imaginando ser o cabelo comprido e liso, como o das paquitas.

Mas a fala “*vem cá neguinha do cabelo duro*” nunca é apagada de nossa memória, não é afetiva, é desumana, e contribui para que as crianças/meninas pretas odeiem seus cabelos, traços, corpos e tonalidade de pele desde a infância.

Voltando para entrevista. Cheguei lá com meu kanekalon o mais “arrumadinho possível”, com a melhor roupa que eu poderia estar. Fui atendida por uma mulher branca, loira e cabelos lisos. Vi ali a paqueta da Xuxa que eu nunca seria. Ela me olhou e perguntou para que vaga era eu estava ali. Eu disse que era para o primeiro emprego. Ela disse: aguarde aqui! Tinha um vidro na minha frente, com diversas pessoas (que não se pareciam comigo), sentadas em mesas com computadores. Eu fiquei olhando e imaginando qual seria a minha, já sonhando que seria aprovada na entrevista. Ela entrou nesta sala e disse algo que eu não pude ouvir, mas as pessoas olharam para o vidro. Fiquei um pouco envergonhada, pensando o que ela teria falado. Ela não voltou. Veio um homem, alto, branco, cabelo preto, lisinho, quase caindo nos olhos. Ele usava uma gravata azul de bolinhas. Saiu da sala, veio até mim e disse: “Não vamos conseguir te entrevistar hoje, vamos ligar para remarcar a entrevista”. Eles nunca mais ligaram. Eu fui descendo as escadas sentindo a saída, sem sentir meus pés, peguei um ônibus e fui chorando até chegar em casa. Chegando contei à minha mãe, que chorou comigo, e disse a ela.

“Mamãe, eu quero alisar meu cabelo, com esse cabelo eles nunca irão me contratar, eu sei que sofri preconceito”.

Eu ainda não conseguia dimensionar o que era o racismo. No bairro existia o salão da Didi, que alisava o cabelo de todas as mulheres pretas da minha família. Tia Ana tinha cheque e minha mãe pediu emprestado pra eu poder ir ao salão. Eu lembro que fui em um dia bem friozinho, com uma touca cor de rosa que tinha do Piu-Piu. Mamãe comprou para mim e para minha irmã, quando fomos a um passeio no zoológico. Cheguei lá e Didi começou a cortar minhas tranças até os ombros, e depois foi destrançando. Eu chorava o tempo inteiro. Hoje entendo que ao cortar minhas tranças e alisar o cabelo, o choro era pelo apagamento de minha identidade, pois

“Cabelo constituiu identidade de pessoas pretas”.

Eu alisei o cabelo com 16 anos e saí dali com todas as pessoas dizendo: “*nossa como ficou bonita!*”, e eu não me via bonita, mas sentia que talvez estaria mais aceitável para passar em uma entrevista de emprego. Tia Ana emprestou outro cheque. Minha mãe comprou roupas e sapatos novos. Eu escovei o cabelo e fui para entrevista no Banco Itaú. E passei! Mas será que se estivesse com minhas tranças mijinhos, eu teria sido contratada?

Narro aqui a minha história, na relação com o cabelo, mas poderia ser a história de muitas outras crianças, meninas ou mulheres pretas como eu. Hoje, aos meus 30 anos, sinto que as experiências que temos na construção de nossa estética desde sempre são negativas. Experiências atravessadas pelo racismo recreativo, que submete corpos/os pretas/os a serem alvos de piadas.

A narrativa em tom de brincadeira *"vem cá neguinha do cabelo duro"*, desde a escola, sempre foi muito naturalizada. Escola, um espaço de construção das relações de afeto, é um dos primeiros que a infância negra vive o desafeto ao ser zuada pelo cabelo, por seus traços, ou tonalidade de pele. Mas, para meninas e mulheres pretas, o cabelo crespo e o cacheado, hoje *"um pouco"* mais aceitável socialmente, sempre foram vistos como feio, sujos e não tocáveis.

Assim, para a população preta, majoritariamente o público do boombox, ao chegarmos no box, um espaço de estética negra e periférica, nunca é só sobre trançar os cabelos, mas é sobre viver uma experiência de afeto na relação com seu cabelo e fortalecimento de sua identidade a partir da estética. É ver sua imagem em um espelho, como um portal ancestral. É a experiência do trançado que te leva a perceber o quão belo és. Muitas vezes é a primeira vez que você vê beleza em si.

Mariana, Levi, Sara e Diogo se juntam e idealizam boombox por um desejo:

"ter o direito de viver o próprio sonho de empreender, construindo outras narrativas afetivas para pessoas pretas por meio da estética".

Na busca de movimentar os sonhos, eles se juntam, para que o sonho de cada um pudesse ser um único caminho até a realização. Foi realizado, tanto que os sonhos de cada ficaram maiores, não sendo possível sustentar todos em um único box. Mas, para acreditar nas individualidades dos seus sonhos, foi preciso sustentar os sonhos coletivamente. Elas/es são o encontro de uma juventude disposta a ressignificar a própria existência, na construção de memórias de afeto de quem no espaço chega, a partir do corte, trança, maquiagem e penteado afro, enaltecendo e humanizando a história da estética negra. Elas/es são espelhos dos seus próprios sonhos, mas que no diálogo com as/os clientes, quase sempre com narrativas desafetuosas sobre a imagem de si mesmo, elas/es atuam fazendo com que ali seja um espaço de escuta, acolhimento e afeto através do cuidado com os cabelos e peles pretas.

Estar no "boombox" é viver o reencontro afetivo com sua imagem ao ver no espelho da ancestralidade um sorriso aberto ao estar trançada, maquiada, de corte desejado, transformando o olhar para sua própria estética e resgatando o amor próprio, das vivências (des)afetuosas, de uma infância/adolescência e/ou vida adulta que causou a negação de nossos traços, nunca vistos como belos. Afeto é se tornar visível após um encontro com sua beleza no box, se olhar no espelho é a experiência afetiva de sentir-se humanizada/o para muitas/os. É no afeto de receber, trançar, maquiagem, cortar, que o espelho do boombox enaltece toda beleza preta.

É no sorriso receptivo de Diogo. Na massagem ao lavar os cabelos de Mariana. Na separação da raiz com o cuidado para não sentir dor de Sara Lidiane. E no olhar atento de Levi no Orí sagrado de seus clientes, que descobrimos que somos descendentes de reis e rainhas e que o espelho ali reflete nossa descendência ancestral. E essa beleza é preta! Ao me sentar na cadeira do boombox, pensei como seria se aos meus 16 anos existisse o boombox ao invés da Didi, no meu bairro, para enaltecer o meu crespo, hoje enaltecido como de uma rainha!

Está em minha memória do desafeto a rua Pedro Bueno, nº 233 para sempre. Mas na memória do afeto presente está a rua Nelson Gebara, nº 28, onde está localizado o espaço boombox, onde crianças, meninas/mulheres e homens negros, (r)existem na humanização afetuosa de sua estética negra e periférica.



Release da autora: Thais Fernanda, 31 anos, é psicóloga e mestra em Psicologia Social pela PUC-SP. Escritora e produtora cultural, ama batom vermelho e é super fã da cantora Ludmilla.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS CIENTÍFICOS:

- MARTINS, Maísa Mônica Flores; AQUINO, Rosana; PAMPONET, Marina Luna; PINTO JUNIOR, Elzo Pereira; AMORIM, Leila Denise Alves Ferreira. Acesso aos serviços de atenção primária à saúde por adolescentes e jovens em um município do Estado da Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.35 no.1 Rio de Janeiro 2019 Epub Jan 21, 2019.
- PEREIRA, Paulo Estevão; MALFITANO, Ana Paula. Atrás da Cortina de Fumaça: Jovens da Periferia e a Temática das Drogas. Sau. & Transf. Soc., ISSN 2178-7085, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 27-35,2014.
- SERRATA MALFITANO, Ana Paula; ADORNO, Rubens; ESQUERDO LOPES, Roseli. Um relato de vida, um caminho institucional: juventude, medicalização e sofrimentos sociais. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. São Paulo: vol. 15, núm. 38, jul-set, 2011.
- SILVA, Beatriz Zocal da; SILVA, Larice Santos; SICARI, Aline Amaral e PEREIRA, Eliane Regina. Juventude e movimentos na/da cidade: experienciando a promoção de saúde. Rev. Psicol. Saúde [online]. vol.6, n.2, pp. 20-27,2014.
- TAKEITI, Beatriz; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. Revista de Psicologia, São Paulo: v. 31, n. esp., p. 256-262, set. 2019.

LIVROS:

Borges, Edson. Racismo, preconceito e intolerância / Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros, Jacques d'Adesky ; coordenação Wanderley Loconte. – 7.ª ed. – São Paulo: Atual, 2009.

LEIS, ESTATUTOS, MANUAIS TÉCNICOS E DIRETRIZES:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Brasília: 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

Brasil. Secretaria Nacional de Juventude. Estatuto da Juventude. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013.

PESQUISAS E INFOGRÁFICOS:

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Biblioteca de Saúde Pública. Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022 / organizado por André Luiz da Silva Sobrinho, Helena Wendel Abramo e Marisa de Castro Villi – Rio de Janeiro : Ed. Fiocruz, 2022.

Banco Mundial, Afro Ceprab, Peregum. Jovens negros e o mercado de trabalho. Outubro, 2022

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Um olhar sobre a Juventude em tempos de Coronóchoque/ Dossiê no 33 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. São Paulo: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Infográfico Violência e Desigualdade Racial. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 15, 2021; Atlas da Violência, 2021; Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 3ª ed., 2021.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Infográfico Consciência Negra 2019. Atlas da Violência 2019; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 13, 2019. FERREIRA, Poliana; MACHADO, Maíra; VASCONCELOS, Natália et al. População negra e prisão no Brasil: impactos da covid-19. Informativos Desigualdades Raciais e Covid19, AFRO-CEBRAP, n. 4, dez. 2020.

Rede Nossa São Paulo. O Mapa da Desigualdade 2021. Rede Nossa São Paulo. Outubro de 2021

Seade. Seade Informa Social Desocupação. Saede. São Paulo. Outubro, 2022.

PODCASTS:

Em Quarentena

Tem como proposta divulgar dados e combater a desinformação. Foi criado durante a pandemia pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias, que cobre o cotidiano das periferias da Grande São Paulo.

O Corre

Foi criado pelo coletivo O Corre do Grajaú (SP), e nasceu da necessidade de repensar e discutir cultura, arte e comunicação dentro da realidade das comunidades, sob o ponto de vista dos moradores.

REVISTAS:

Revista Boom Box: Estética da Quebrada

Org: Diogo Emanuel, Levi Silva, Mariana Rosa e Sara Lediane.

CAMPANHAS:

Saúde da População Negra Importa!

Tema da campanha, em nível nacional no ano de 2020, da ANPSINEP, Articulação Nacional de Psicólogas/os/ues Negras/os/es e Pesquisadoras/es.

Disponível em: <https://www.anspinep.org.br/saude.html>

A Juventude Negra quer Viver

Em 2021, a Articulação Nacional de Psicólogas/os/ues Negras/os/es e Pesquisadoras/es ANPSINEP realizou a campanha focando na saúde mental das juventudes negras - "A Juventude Negra quer... Viver, Estudar, Sonhar...".

Disponível em: <https://www.anspinep.org.br/juventude.html>

Democracia e Saúde Mental sem Racismo: Queremos Bem Viver!

Em novembro de 2022, a ANPSINEP lança a campanha Democracia e Saúde Mental sem Racismo: Queremos Bem Viver!.

Disponível em: <https://www.anspinep.org.br/queremos.html>

JOVENS FACILITADORAS (RES) QUE PARTICIPARAM DA FORMAÇÃO:

Alan Ferreira dos Santos

Link com sua produção artística e cultural:

Música - https://www.youtube.com/channel/UCiwDniKiRthbA_joRqEKKvQ

Coletivo - <https://www.instagram.com/capaofunk/>

Danielly Ferreira Alves (Nut Kuidados)

Link com seus trabalhos no campo da saúde e bem-estar:

Cuidado e Saúde - <https://instagram.com/nutkuidados?igshid=N2ZiY2E3YmU=>

<https://instagram.com/danyolamide?igshid=N2ZiY2E3YmU=>

Edvaldo Aparecido da Silva Júnior

Estela Ribeiro Santos da Silva (Coletivo Periferia Preta)

Link com sua produção artística e cultural:

Música - https://www.instagram.com/afrodunoficial_/

Giulia da Silva Lucas

Kelton Campos (Brasilândia.co.)

Link com sua produção artística e cultural:

Arte Plástica e Fotografia

www.keltoncampos.com

www.instagram.com/brasilandia.co

João Gabriel Ribeiro dos Santos

Link com sua produção artística e cultural:

Música - <https://www.instagram.com/joaoribeiroos/>

Júlia Araújo (Sayonà Prod: Produções Faveladas)

Link com sua produção artística e cultural:

Audiovisual - <https://www.instagram.com/sayonaprod/>

Leonardo Henrique do Carmo Oliveira (Coletivo Vibless)

Link com sua produção artística e cultural:

Música - <https://youtube.com/@leodnelia9470>

<https://youtube.com/@viblessTV>

Plataformas digitais: Éliagah

Nívea Matias Silva (Ilê Asé Omo Osumaré)

Link com sua produção artística e cultural:

Literatura - https://www.instagram.com/efun.fun_/

Shayene Karina dos Santos Gonçalves (Coletivo Amora Brechó)

Link com sua produção artística e cultural:

Moda - https://www.instagram.com/amorabrechoo_/

Suelen Claudenir da Silva dos Santos (Coletivo-Ecos e Reflexos)

Link com sua produção artística e cultural:

Coletivas - <https://pubhtml5.com/ftlr/tblr>

<https://www.instagram.com/blocoeureca2022/>

<https://www.instagram.com/ecosereflexosbrasil/>



AMMA PSIQUE E NEGRITUDE

Guia de Referências ao Enfrentamento da
Violência e do Racismo Contra Jovens Negros

